



ESTADO DA BAHIA  
Câmara Municipal de Santa Maria da Vitória  
CGC(MF) 16.430.993/0001-71  
Av. Brasil, s/n – Santa Maria da Vitória – Bahia  
Home page: [www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br](http://www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br)

---

**EDITAL 06/2024**

**Processo Licitatório nº 06/2024**

**Modalidade: Pregão Presencial nº 06/2024**

**Tipo: Menor preço Global**

**Data da Abertura: 12 de agosto de 2024**

**Data do Encerramento: 12 de agosto de 2024**

## **1. PREÂMBULO**

A **CÂMARA MUNICIPAL SANTA MARIA DA VITÓRIA**, inscrita no CNPJ nº 16.430.993/0001-71, com sede na Av. Brasil s/n, Bairro Centro, na cidade de Santa Maria da Vitória/BA, torna público que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, com base na Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, do tipo menor preço. O PREGÃO será conduzido pela PREGOEIRA, auxiliada pela EQUIPE DE APOIO, conforme designação contida nos autos do processo.

O julgamento será realizado tomando como critério o **MENOR PREÇO**.

Será declarada vencedora a proposta: **DE MENOR PREÇO GLOBAL**

As propostas serão recebidas e abertas em sessão pública a ser realizada às 09:00 horas do dia 12 de agosto de 2024, tendo como local a sede desta Câmara Municipal.

## **2. – CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO**

**DESTINADO À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, MEI E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, CONFORME DETERMINAÇÃO DO ART. 48, I, DA LEI COMPLEMENTAR 123/2016.**

### **2.1. OBJETO:**

Contratação de Empresa para Prestação de serviços para filmagens, Sonorização, Edição e Gravação em disco formato digital HD mp3 ou mp4, das sessões legislativas ordinárias, extraordinárias, itinerantes e solenes, incluindo edições, serviço fotográfico das sessões e a transmissão ao vivo via internet em redes sociais, em atendimento a demanda da Câmara Municipal de Santa Maria da Vitória, conforme quantidade e especificações constantes no Anexo I que integra o presente Edital.

### **3. TIPO DO PREGÃO:**

3.1. Este PREGÃO é do tipo **menor preço global**.

### **4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

4.1. Os recursos financeiros para suportar a eficácia do presente objeto, tendo como valores estimados, aproximadamente em R\$ 100.224,00, e serão atendidos por verbas, constantes do orçamento vigente, nas seguintes dotações orçamentárias:



**ESTADO DA BAHIA**  
**Câmara Municipal de Santa Maria da Vitória**  
**CGC(MF) 16.430.993/0001-71**  
**Av. Brasil, s/n – Santa Maria da Vitória – Bahia**  
**Home page: [www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br](http://www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br)**

---

**Função - 01 Legislativa**

Unidade: 01.01.01 CÂMARA MUNICIPAL

Funcional: 01.031.0001.2001.0000 **Manutenção das Atividades da Câmara Municipal; Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA**

**5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:**

5.1. Poderão participar deste Pregão empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

5.2. Não será permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, de interessadas que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução e liquidação, de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, estando também abrangidos pela proibição aqueles que tenham sido punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Câmara Municipal, ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.4. Admite-se a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio de empresas, observadas as disposições deste edital (e de suas partes integrantes) e da Lei, notadamente no tocante às regras do art.15 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

**6. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02):**

6.1. Os ENVELOPES, respectivamente PROPOSTA DE PREÇOS (Envelope nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Envelope nº 02) deverão ser apresentados, fechados e indevassáveis, contendo cada um deles, em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

**ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2024**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2024**

**Razão Social:**

**Endereço completo da licitante:**

**CNPJ Nº..... INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº.....**

**ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2024**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2024**

**Razão Social:**



**Endereço completo da licitante:**

CNPJ Nº..... INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº.....

6.2. Os documentos constantes dos envelopes deverão ser apresentados em 1 (uma) via, redigida com clareza, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise, sendo **A PROPOSTA DATADA E ASSINADA NA ÚLTIMA FOLHA E RUBRICADA NAS DEMAIS PELO REPRESENTANTE LEGAL OU PELO PROCURADOR, JUNTANDO-SE A PROCURAÇÃO.**

6.2.1. A apresentação dos documentos integrantes do ENVELOPE PROPOSTA DE PREÇOS (envelope nº 01) obedecerá também os comandos contemplados nos subitens 6.3., 6.3.1., 6.3.1.1., 6.3.1.2., 6.3.1.3., 6.3.2 e 6.3.3..

6.2.2. A proponente somente poderá apresentar uma única PROPOSTA.

6.3. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Envelope nº 02) poderão ser apresentados em original, cópia simples, cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, e inclusive expedidos via Internet.

6.3.1. A aceitação de documentação por cópia simples ficará condicionada à apresentação do original ao PREGOEIRO, por ocasião da abertura do ENVELOPE nº 02, para a devida autenticação.

6.3.1.1. Para fim da previsão contida no subitem 6.3.1., o documento original a ser apresentado não poderá integrar o ENVELOPE.

6.3.1.2. Os documentos expedidos via Internet e, inclusive, aqueles outros apresentados terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do PREGOEIRO.

6.3.1.3. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida, e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será inabilitada.

6.3.2. Os documentos apresentados por qualquer proponente, se expressos em língua estrangeira, deverão ser autenticados por autoridade brasileira no país de origem e traduzidos para o português por tradutor público juramentado.

6.3.3. Inexistindo prazo de validade nas Certidões, serão aceitas aquelas cujas expedições/emissões não ultrapassem a 90 (noventa) dias da data final para a entrega dos envelopes.

**7. CONTEÚDO DA PROPOSTA:**

7.1. A PROPOSTA, que será elaborada e apresentada segundo as especificações contidas no **Anexo I**, deverá conter:

- a) o número do Processo e número deste PREGÃO;
- b) a razão social da proponente, CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), estes dois últimos se houver, para contato;
- c) apresentar a descrição resumida do objeto do PREGÃO, **em conformidade com as especificações contidas no ANEXO I**, a descrição referida deve ser firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;



- d) prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.
- e) preço unitário e global, expresso em moeda corrente nacional, em algarismo, fixo e irrevogável, apurado à data da apresentação da proposta.

**Nota 1:** nos preços propostos estarão previstos, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos relativos a entrega do objeto desta licitação, envolvendo, entre outras despesas, tributos de qualquer natureza, frete, embalagem etc.

**7.2. PRAZO DE PAGAMENTO:** – O pagamento será efetuado em até 20º (vigésimo) dia após a apresentação da nota fiscal, acompanhada da comprovação prestação dos serviços referente ao objeto da presente Licitação atestado pelo setor de compras, acompanhado também da certidão negativa de débitos junto ao INSS, regularidade junto ao FGTS, Estadual, TST e Municipal da localização da empresa.

**7.3. PRAZO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:**

A prestação do serviço referente a este Edital terá o prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por idênticos períodos, limitados ao prazo máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos da legislação vigente.

**8. CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

8.1. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO pertinentes ao ramo do objeto do PREGÃO são os seguintes:

**I - HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) registro comercial, para empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, para as sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**II - REGULARIDADE FISCAL/TRABALHISTA:**

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), por meio da Certidão, e relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de entrega dos envelopes.
- c) Prova de situação regular junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Certidão negativa da Dívida Ativa perante a União, Estado e Município onde a empresa está localizada, Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo a sede da licitante pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;



## ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Santa Maria da Vitória

CGC(MF) 16.430.993/0001-71

Av. Brasil, s/n – Santa Maria da Vitória – Bahia

Home page: [www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br](http://www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br)

---

d) certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), perante a Justiça do Trabalho (Lei federal nº 12.440/2011).

e) \* No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte ou MEI **que optar pela fruição** dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/06:

e.1) quando optante pelo SIMPLES nacional: comprovante da opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

e.2) quando não optante pelo SIMPLES nacional: declaração de Imposto de Renda ou Balanço Patrimonial e demonstração do resultado do exercício - DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06.

**\* a participação nas condições previstas nesta alínea, implica no reconhecimento de não se encontrar em nenhuma das situações previstas no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06.**

### III - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

a) certidão negativa de falências ou recuperação judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, cuja pesquisa tenha sido realizada em data não anterior a 60 (sessenta) dias da data prevista para apresentação dos envelopes.

**a)** A comprovação da boa situação financeira será baseada na obtenção dos índices de Liquidez Geral (ILG), índice de Solvência Geral (ISG) e índice de Liquidez Corrente (ILC), devendo ser demonstrados pelos licitantes e assinados por seus contadores, através das fórmulas abaixo (\*), sendo que somente considerada habilitada a empresa que obtiver os seguintes resultados:

1) *Liquidez Corrente (ILC) = índice maior ou igual a 1,00*

2) *Liquidez Geral (ILG) = índice maior ou igual a 1,00*

3) *Solvência Geral (ISG) = índice maior ou igual a 1,00*

**a)** licitante que apresentar resultado inferior a 1 (um) para qualquer dos índices

**b)** Liquidez Geral (ILG), Liquidez Corrente (ILC) ou Solvência Geral (ISG) será INABILITADA do presente certame licitatório.

#### FÓRMULAS:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Onde:

ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL; AC = Ativo Circulante; RLP = Realizável à Longo Prazo; PC = Passivo Circulante; ELP = Exigível à Longo Prazo.

$$ISG = \frac{AT}{P + ELP}$$

Onde:

ISG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL; AT - Ativo Total; PC = Passivo Circulante; ELP = Exigível à Longo Prazo.



ESTADO DA BAHIA  
Câmara Municipal de Santa Maria da Vitória  
CGC(MF) 16.430.993/0001-71  
Av. Brasil, s/n – Santa Maria da Vitória – Bahia  
Home page: [www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br](http://www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br)

---

**ILC -  $\frac{AC}{PC}$**

Onde:

ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE; AC = Ativo Circulante; PC - Passivo Circulante.

OBS: pessoa física fica dispensada desta exigência. Devendo apresentar o Diploma e o registro no órgão de classe.

8.2 – balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, art. 69, I, Lei 14.133/2021, assinado pelo representante legal e contador devidamente habilitado.

8.3- Pessoa física e MEI está dispensada deste item.

#### **IV - DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:**

a) declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração; fica facultada a utilização do modelo constante do **ANEXO III**.

b) declaração de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme Lei nº 9.854/99. Faculta-se a utilização do modelo constante do **ANEXO IV**;

#### **9. CONSULTA, DIVULGAÇÃO E ENTREGA DO EDITAL:**

9.1. O EDITAL poderá ser consultado por qualquer interessado no endereço eletrônico através do [site https://www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br/site/licitacoes](https://www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br/site/licitacoes) e na Câmara Municipal, sito à Av. Brasil, s/n, Centro, de segunda a sexta feira, a saber: das 08:00 às 14:00 horas.

9.2. O aviso do EDITAL será publicado no Diário Oficial do Legislativo e no seu átrio.

#### **10. ESCLARECIMENTOS AO EDITAL:**

10.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório do pregão e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

10.1.2. As dúvidas a serem equacionadas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal.

10.1.3. Os esclarecimentos deverão ser prestados no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do edital, passando a integrar os autos do PREGÃO, dando-se ciência às demais licitantes.

#### **11. PROVIDÊNCIAS/IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:**

11.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório do pregão e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

11.1.1. As medidas referidas no subitem 11.1. poderão ser formalizadas por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, devidamente protocolado no endereço e horário constantes do subitem 9.1.



## ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Santa Maria da Vitória

CGC(MF) 16.430.993/0001-71

Av. Brasil, s/n – Santa Maria da Vitória – Bahia

Home page: [www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br](http://www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br)

---

11.1.2. A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do pregão no prazo de 1 (um) dia útil, a contar do recebimento da peça indicada por parte da autoridade referida, que, além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do PREGÃO.

11.1.3. O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, desde que implique em modificação(ões) do ato convocatório do PREGÃO, além da(s) alteração(ões) decorrente(s), divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame, se o caso.

## 12. CREDENCIAMENTO:

12.1. Aberta a fase para CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, consoante previsão estabelecida no subitem 12.2 deste EDITAL, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, com fotografia.

12.2. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

12.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do Ato Constitutivo da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, bem como reconhecimento de firma.

12.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto/Contrato Social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura. Ressaltando que a aceitação de documentação por cópia simples ficará condicionada à apresentação do original ao PREGOEIRO, para a devida autenticação.

12.4. É admitido somente um representante por proponente.

12.5. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO, exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

12.6. Desenvolvido o CREDENCIAMENTO das proponentes que comparecerem, o PREGOEIRO declarará encerrada esta etapa/fase, iniciando-se o procedimento seguinte consistente no recebimento/conferência da declaração exigida neste Edital.

12.7. Não havendo credenciamento hábil, a proposta enviada pelo concorrente se preencher os requisitos de habilitação será válida e fará parte do processo. Limitada à apresentação de lances.





**13. RECEBIMENTO DA DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, SE FOR O CASO, E DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

13.1. A etapa/fase para recebimento da DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO será levada a efeito tão logo se encerre da fase de CREDENCIAMENTO.

13.1.1. A DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO não deve integrar os ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, constituindo-se em DOCUMENTO a ser fornecido separadamente; fica facultada a utilização do modelo constante do ANEXO V.

13.1.2. A DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS DO ANEXO VI, SERÁ RECEBIDO EXCLUSIVAMENTE NESTA OPORTUNIDADE.

**13.2. – Critérios de Julgamento**

13.2.0. No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nº s 01 - PROPOSTA e 02 – DOCUMENTAÇÃO e toda documentação exigida no edital.

13.2.0.1. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária. O pregoeiro realizará o credenciamento das interessadas, na forma disposta nesse edital e em seguida ocorrerá a abertura e apreciação das propostas.

13.2.0.2. Iniciada esta etapa/fase, o PREGOEIRO receberá e examinará a DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

13.2.1. A ausência da referida declaração ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente neste PREGÃO, impossibilitando, em consequência, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

13.2.2. O atendimento desta exigência é condição para que a proponente continue participando do PREGÃO, devendo proceder, em seguida, à entrega dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

**14. ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA:**

14.1. Compete ao PREGOEIRO proceder à abertura dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS, conservando intactos os ENVELOPES DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e sob a guarda do PREGOEIRO/ÓRGÃO LICITANTE.

**15. EXAME E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DAS PROPOSTAS:**

15.1. O PREGOEIRO examinará as PROPOSTAS sempre levando em conta as exigências fixadas nos itens 6 e 7.

15.1.1. O exame envolvendo o(s) objeto(s) ofertado(s) implicará na constatação da conformidade do(s) mesmo(s) com as especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos, para atendimento das necessidades do órgão licitante.





15.2. Definidas as PROPOSTAS que atendam às exigências retro, envolvendo o objeto e o valor, o PREGOEIRO elaborará a classificação preliminar das mesmas, sempre em obediência ao critério do menor preço.

#### **16. DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:**

16.1. Será desclassificada a PROPOSTA que:

- a) deixar de atender quaisquer das exigências preconizadas para a correspondente apresentação;
- b) apresentar rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise;
- c) oferecer vantagem não prevista neste EDITAL, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou ainda vantagem baseada nas ofertas das demais proponentes;
- d) apresentar preço(s) manifestamente inexeqüível(is)
- e) apresentar preço(s) simbólico(s) ou de valor(es) zero;

#### **17. DEFINIÇÃO DAS PROPONENTES PARA OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS:**

17.1. Para efeito de OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS, o PREGOEIRO selecionará, sempre com base na classificação provisória, a proponente que tenha apresentado a proposta de menor preço e todas aquelas que hajam oferecido propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) àquela de menor preço.

17.1.1. Não havendo, pelo menos, 3 (três) propostas em conformidade com a previsão estabelecida no subitem 17.1., o PREGOEIRO selecionará, sempre com base na classificação provisória, a melhor proposta e as duas propostas imediatamente superiores, quando houver, para que suas proponentes participem dos lances quaisquer que tenham sido os preços oferecidos nas propostas, observada a previsão estampada no subitem 17.1.2..

17.1.2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, observar-se-ão, também para efeito da definição das proponentes que poderão oferecer lances, as seguintes regras:

- a) proposta de menor preço e todas as outras cujos valores sejam superiores até 10% (dez por cento) àquela de menor preço, devendo existir, nesta situação, no mínimo, 3 (três) propostas válidas para a etapa de lances, conforme previsto no subitem 17.1.; ou
- b) todas as propostas coincidentes com um dos 3 (três) menores valores ofertados, se houver.

17.1.3. Na hipótese da ocorrência das previsões colacionadas no subitem 17.1.2., letras “a” e “b”, para efeito do estabelecimento da ordem da classificação provisória das proponentes empatadas, a correspondente definição será levada a efeito por meio de sorteio; cabe à vencedora do sorteio definir o momento em que oferecerá oferta/lance.

17.1.4. Havendo uma única proponente ou tão somente uma proposta válida, o PREGOEIRO poderá decidir, justificadamente, pela suspensão do PREGÃO, inclusive para melhor avaliação das regras editalícias, das limitações de mercado, envolvendo quaisquer outros aspectos pertinentes e o próprio preço cotado, ou pela repetição do PREGÃO ou, ainda, dar prosseguimento ao PREGÃO, condicionado, em todas as hipóteses, à inexistência de prejuízos ao órgão licitante.

#### **18. OFERECIMENTO/INEXISTÊNCIA DE LANCES VERBAIS:**



18.1. Definidos os aspectos pertinentes às proponentes que poderão oferecer ofertas/lances verbais, dar-se-á início ao OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS, que deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

18.1.1. Somente será(ão) aceito(s) LANCE(S) VERBAL(IS) que seja(m) inferior(es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e/ou do último menor LANCE VERBAL oferecido, observado(s) o(s) seguinte(s) limite(s) mínimo(s) de redução: **1,0% (um por cento) do valor apurado na proposta de menor valor ou do lance imediatamente anterior.**

18.2. O PREGOEIRO convidará individualmente as proponentes classificadas para OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS, de forma sequencial, a partir da proponente da proposta de maior preço e as demais em ordem decrescente de valor, sendo que a proponente da proposta de menor preço será a última a OFERECER LANCE VERBAL.

18.3. Quando convocado pelo PREGOEIRO, a desistência da proponente de apresentar lance verbal implicará na exclusão da etapa de LANCES VERBAIS, ficando sua última proposta registrada para a classificação final.

18.4. A etapa de OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS terá prosseguimento enquanto houver disponibilidade para tanto por parte das proponentes.

18.5. O encerramento da etapa de OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS ocorrerá quando todas as proponentes declinarem da correspondente formulação.

18.6. Declarada encerrada a etapa de OFERECIMENTO DE LANCES e classificadas as propostas na ordem crescente de valor, incluindo aquelas que declinaram do oferecimento de lance(s), sempre com base no último preço/lance apresentado, o PREGOEIRO examinará a aceitabilidade do valor daquela de menor preço, ou seja, da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.

18.7. O PREGOEIRO decidirá motivadamente pela negociação com a proponente de menor preço, para que seja obtido preço melhor.

18.8. Na hipótese de não realização de lances verbais, o PREGOEIRO verificará a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

18.9. Ocorrendo a previsão delineada anteriormente, e depois do exame da aceitabilidade do objeto e do preço, também é facultado ao PREGOEIRO negociar com a proponente da proposta de menor preço, para que seja obtido preço melhor.

18.10. O PREGOEIRO deverá comparar os preços apresentados com atuais praticados no mercado ou até mesmo propostos em licitações anteriores, utilizando-se da pesquisa realizada, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento, e/ou de todos os meios possíveis para a correspondente verificação.

18.11. O PREGOEIRO pode solicitar a demonstração da exequibilidade dos preços propostos após o término da fase competitiva e, ao mesmo tempo, o proponente de menor preço tem o dever de portar informações acerca dos custos (planilhas e demonstrativos) em que incorrerá para o atendimento do objeto do PREGÃO, suficientes para justificar a proposta escrita de menor preço ou o lance verbal de menor preço que apresentar.

18.12. A não apresentação dos elementos referidos no subitem anterior ou a apresentação de elementos insuficientes para justificar a proposta escrita de menor preço ou o lance verbal de menor preço acarretará a desclassificação do proponente, nos termos do item 16, salvo rasuras que não comprometam partes essenciais.



## ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Santa Maria da Vitória

CGC(MF) 16.430.993/0001-71

Av. Brasil, s/n – Santa Maria da Vitória – Bahia

Home page: [www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br](http://www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br)

---

18.13. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da sua proponente, facultando-lhe o saneamento da documentação de natureza declaratória na própria sessão.

18.14. Para efeito do saneamento a que se refere o subitem 18.16, a correção da(s) falha(s) formal(is) poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e/ou substituição de documento(s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fac-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o(s) efeito(s) indispensável(is).

18.15. Aberto o invólucro “documentação” em havendo restrição quanto à **regularidade fiscal**, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis à microempresa ou empresa de pequeno porte, para sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo **PREGOEIRO**.

18.16. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no **subitem 18.15.**, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das sanções previstas na cláusula 25 do ato convocatório, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociar.

18.17. Constatado o atendimento das exigências habilitatórias previstas no EDITAL, a proponente será declarada vencedora.

18.18. Se a oferta não for aceitável ou se a proponente desatender às exigências habilitatórias, o PREGOEIRO examinará a oferta subsequente de menor preço, decidindo sobre sua aceitabilidade quanto ao preço, no caso de oferecimento de lances, ou quanto ao objeto e preço, na hipótese de não realização de lances verbais, observadas as previsões estampadas nos subitens antecedentes.

18.19. Sendo a proposta aceitável, o PREGOEIRO verificará as condições de habilitação da proponente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja proponente atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora; observando-se igualmente as previsões estampadas nos subitens antecedentes.

### 19. RECURSO ADMINISTRATIVO:

19.1. Por ocasião do final da sessão, a(s) proponente(s) que participou(aram) do PREGÃO ou que tenha(m) sido impedida(s) de fazê-lo(s), se presente(s) à sessão, deverá(ão) manifestar imediata e motivadamente a(s) intenção(ões) de recorrer.

19.2. Havendo intenção de interposição de recurso contra qualquer etapa/fase/procedimento do PREGÃO, a proponente interessada deverá manifestar-se imediata e motivadamente a respeito, procedendo-se, inclusive, o registro das razões em ata, juntando memorial no prazo de 3 (três) dias, a contar da ocorrência.

19.3. As demais proponentes ficam, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do RECORRENTE.

19.4. Após a apresentação das contra razões ou do decurso do prazo estabelecido para tanto, o PREGOEIRO examinará o recurso, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado, à autoridade competente para decisão.

19.5. Os autos do PREGÃO permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço e horários previstos no subitem 9.1. deste EDITAL.



19.6. O recurso terá efeito suspensivo, sendo que seu acolhimento importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.7. Resolvidas todas as pendências, recursos, referente ao certame, a documentação dos perdedores e desabilitados serão devolvidas aos seus representantes legais, ficando retidas apenas as propostas comerciais e as certidões.

## **20. ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO:**

20.1. Encerrada a competição, a falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo ao PREGOEIRO

O encaminhamento dos autos à autoridade superior para as providências contidas no art. 71 da Lei 14.133/2021

20.2. Existindo recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do(s) mesmo(s), a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação/homologação do(s) objeto(s) do certame à(s) proponente(s) vencedora(s).

20.3. A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da(s) proponente(s) adjudicatária(s) para assinar a ata detentora, respeitada a validade de sua(s) proposta(s).

20.4. Havendo perda de prazo ou recusa do adjudicatário assinar o contrato, sujeita a perda imediata da garantia das propostas e demais penas legalmente estabelecidas, nos termos do art. 90, § 5º, Lei 14.133/2021, podendo a administração convocar o remanescente na ordem de classificação.

## **22. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO:**

9.2. O aviso do resultado será publicado no Diário Oficial do Legislativo.

## **23. CONTRATAÇÃO:**

23.1. Não sendo assinado o contrato, poderá o órgão licitante convocar a(s) outra(s) proponente(s) classificada(s), ao preço do primeiro, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no art. 90, § 5º da NLLC, observada a ampla defesa e o contraditório.

23.2. A(s) proponente(s) adjudicatária(s) deverá(ão) comparecer para assinatura do contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da(s) convocação(ões) expedida(s) pela Câmara Municipal.

23.3. A(s) convocação(ões) referida(s) pode(m) ser formalizada(s) por qualquer meio de comunicação que comprove a data do correspondente recebimento.

23.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela LICITANTE. Não havendo decisão, a assinatura do contrato deverá ser formalizada até o 5º (quinto) dia útil, contado da data da convocação.

23.5. Para a assinatura do contrato, a Câmara Municipal poderá verificar, por meio da Internet, a regularidade com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) ou Situação de Regularidade do Empregador, Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional.

23.6. Também para assinatura do Contrato, a(s) proponente(s) adjudicatária(s) deverá(ão) indicar o representante legal ou procurador constituído para tanto, acompanhado dos documentos correspondentes.



23.7. A recusa injustificada de assinar o Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalentes dela decorrentes, observado o prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte da(s) proponente(s) adjudicatária(s), sujeitando-a(s) às sanções previstas no item 25 e subitens.

#### **24. DISPENSA DE GARANTIA:**

24.1. Não será exigida a prestação de garantia, para participação no presente PREGÃO.

#### **25. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

25.1. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

25.1.1. advertência;

25.1.2. multa;

25.1.3. impedimento de licitar e contratar e

25.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

25.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

25.2.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

25.2.2. as peculiaridades do caso concreto

25.2.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

25.2.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

25.2.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle. **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:**

1. O licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado de Bahia, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2- Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

2.1 - 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso sobre o valor da proposta, até o 30º (trigésimo) dia, calculado por ocorrência;

2.2 - 20% (vinte por cento) sobre o saldo do valor da proposta, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

2.3- 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta, na hipótese da Empresa, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa a sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual.

3 - As sanções previstas, face a gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

4 - O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo Município. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser paga pela Empresa por meio de depósito bancário na conta do Município, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de notificação da aplicação da sanção.

#### **26 DO ACRÉSCIMO**

26.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



26.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

26.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

26.4. O contrato poderá ser prorrogado sucessivamente até 5 anos conforme arts. 107 e 113 da Lei 14.133/2021.

## **27. DA JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAR A MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**

A Lei 14.133/2021 também prevê, no parágrafo segundo do artigo 17 que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

Como se sabe ao promover pregão presencial, a Administração proporciona aos interessados, na sessão, a oportunidade de discutir, sanar dúvidas e esclarecer pontos importantes e controversos à licitação e impossíveis de serem debatidos no curso de uma sessão eletrônica.

A possibilidade do exame e análise da documentação exigida e que credencia os participantes, é outra questão fundamental e que dá segurança ao Pregoeiro, Comissão de Apoio e ao certame. Assim, realizando esta sessão na forma presencial, terá o Pregoeiro a oportunidade de permitir e proporcionar os esclarecimentos e questionamentos antes referidos entre a área da administração e dos proponentes, momento em que poderão ser sanadas dúvidas, discutidas divergências, firmados pontos fundamentais, além de outras questões necessárias à contratação em pauta.

Entre as questões apontadas, a de maior repercussão é a grande dificuldade na questão da tecnologia deficiente existente na repartição. Embora consta com internet no local, mas não tem velocidade suficiente para navegar no sistema sem quedas ou travamento.

A falta de equipamentos e internet prejudica o feedback entre pregoeiro e concorrentes. Outro fator relevante é o mercado local, ou não possui tecnologia, ou não possui internet ou quando tem é de péssima qualidade de navegação, tornando inviável a aplicação da licitação na modalidade pregão eletrônico, igualmente restará prejudicada a competitividade em torno do certame.

## **28. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

28.1. As normas disciplinadoras deste PREGÃO serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, e dos contratos delas decorrentes.

28.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste PREGÃO, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

28.3. Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato/fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecidos neste EDITAL, desde que não haja comunicação do PREGOEIRO em sentido contrário.

28.4. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.

28.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis a exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação, durante a realização da sessão pública do PREGÃO.





28.6. A(s) proponente(s) assume(m) o(s) custo(s) para a preparação e apresentação de sua(s) proposta(s), sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta(s) despesa(s), independentemente da condução ou do resultado do PREGÃO.

28.7. A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da proponente, das condições previstas neste EDITAL e seus ANEXOS.

28.8. A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do PREGÃO.

28.9. Este Edital e seus Anexos, bem como a(s) proposta(s) da(s) proponente(s) adjudicatária(s), farão parte integrante do contrato, independentemente de transcrição.

28.10. Os casos omissos neste EDITAL DE PREGÃO serão solucionados pelo PREGOEIRO, com base na legislação municipal e, subsidiariamente, nos termos da legislação federal e princípios gerais de direito;

## **29. DOS ANEXOS**

Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I – Termo Referência;
- b) Anexo II - Modelo de Proposta Comercial;
- c) Anexo III – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato superveniente Impeditivos ;
- d) Anexo IV - Modelo de declaração de Empregador Pessoa Jurídica;
- e) Anexo V - Modelo de Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação;
- f) Anexo VI - Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- h) Anexo - VII – Modelo de Carta de Credenciamento;
- I) Anexo VIII - Minuta de Contrato.

## **30. DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Santa Maria da Vitória-BA, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Câmara Municipal de Santa Maria da Vitória, 30 de julho de 2024

JOÃO MARQUE DA SILVA  
Presidente da Câmara





**ANEXO I**  
**TEMO DE REFERÊNCIA**

**I - OBJETO**

Contratação de Empresa especializada para Prestação de serviços de filmagens, Sonorização, Edição e Gravação em disco formato digital HD mp3 ou mp4, das sessões legislativas ordinárias, extraordinárias, itinerantes e solenes, incluindo edições, serviço fotográfico das sessões e a transmissão ao vivo via internet em redes sociais, em atendimento a demanda da Câmara Municipal de Santa Maria da Vitória, conforme quantidade e especificações constantes neste Anexo I que integra o presente Edital

**II – DA FUNDAMENTAÇÃO - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’ da Lei n. 14.133/2021).**

Há a premente necessidade da contratação de serviço profissional de operação dos serviços acima, em caráter urgente, uma vez a Câmara Municipal não dispõe destes serviços em seu quadro de pessoal.

Os serviços especificados acima, são indispensáveis, tendo em vista sua importância ao cumprimento das atividades específicas da CÂMARA.

Há necessidade de mão de obra, considerando que está previsto para o corrente ano a realização de reuniões do corpo de vereadores em audiências públicas nos Distritos e Vilas deste Município.

A contratada atuará ainda nas sessões plenárias realizadas na Sede da Câmara, executando as mesmas funções (operação, manutenção, montagem, desmontagem gravação das sessões em vídeo/áudio no formato MP3 ou MP4 e transmissão das sessões pelas redes sociais e ainda deixando tudo gravado em mídia eletrônica para fins de arquivamento na câmera.

Durante o ano de 2024 as reuniões da Câmara serão transmitidas via rede sociais, devendo a contratada dispor pessoa qualificada durante as reuniões para cuidar do sistema de som com finalidade que o mesmo chegue com qualidade até os munícipes ouvintes.

Ocorre ainda que a Câmara não dispõe de operador de equipamento de som para realização das suas reuniões, e, deverá a contratada incumbir-se de fornecer este serviço, bem como cuidar do transporte dos equipamentos.

**II.1 – Da Motivação da Contratação**

A Câmara Municipal não dispõe de equipamentos eficientes para atender essa demanda, nem de mão de obra qualificada. A motivação surgiu com notificação do servidor responsável pelo controle interno com objetivo de manter guardada em forma digital toda documentação do legislativo e suas decisões para levar ao conhecimento público de sua atuação com base no princípio da publicidade e eficiência.

**II.2 - Dos objetivos a serem alcançados por meio da contratação**

- Garantir a manutenção de funcionamento com eficiência do poder legislativo;
- Aparelhar e estruturar as unidades demandantes em quantidades necessárias e suficientes ao pleno funcionamento e desenvolvimento das atividades laborais típicas.

**II.3 - Dos benefícios resultantes da contratação**

- Redução de custos com aquisições pontuais dos equipamentos para a realização dos serviços descritos no objeto e de pessoal;



# ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Santa Maria da Vitória

CGC(MF) 16.430.993/0001-71

Av. Brasil, s/n – Santa Maria da Vitória – Bahia

Home page: [www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br](http://www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br)

- Garantia de maior transparência e segurança no processo legislativo, frente às variações de posições da edilidade com documentação hábil para pesquisa e arquivamento, durante a vigência do contrato.

## II.4 - Do alinhamento entre a contratação e os instrumentos de planejamento da Câmara Municipal:

A presente contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico do Poder Legislativo 2023/2024, consoante à iniciativa estratégica de Modernização da Infraestrutura, contida no macro desafio da Instituição da Governança legislativa.

## III – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS/ANÁLISE DE MERCADO

### 3.1. Sistema de Sonorização Operacional localizada

3.1.1. A Câmara Municipal dispõe dos seguintes equipamentos de som e periféricos, os quais deverão ser operados pela empresa contratada:

3.1.2. A contratada deverá, periodicamente, fazer inspeção do conjunto dos sistemas de áudio, tais como, gravadores, mesa de som, microfones, conectores, amplificadores, caixas acústicas, alto-falantes e todos equipamentos inerentes ao conjunto;

3.1.3. Em dias de eventos, realizar testes em todos os equipamentos a serem utilizados. Em caso de problemas, substituí-los, se for caso.

3.1.3.1. Revisão geral de todos os equipamentos do sistema;

3.1.3.2. Emissão de relatório, via computador (quando solicitado pela Câmara), dos trabalhos efetuados e sobre situação dos equipamentos.

3.2. Para as reuniões itinerantes a contratada deverá disponibilizar equipamento de características semelhantes ao acima descrito, bem como providenciar o transporte e instalação nos locais previamente definidos pela Câmara, lembrando que a distância dos locais de realização das reuniões itinerantes varia entre 10 e 150 km da sede do município.

3.3. Para fins de execução dos serviços descritos, a CONTRATADA alocará nas dependências do CONTRATANTE, ou nos locais de realização das reuniões itinerantes, recursos humanos do seu quadro, nas categorias profissionais e quantidades necessárias ao bom e perfeito cumprimento dos serviços.

3.3.1 A contratada deverá, em todo evento a ser realizado, dispor de no mínimo dois profissionais atuantes durante o tempo de duração das sessões, devendo ser: 01 operador de áudio e um técnico de manutenção dos equipamentos.

3.4 Para sonorização volante, a contratada deverá dispor de veículo próprio ou contratado, um locutor devidamente treinado e com experiência comprovada, bem como equipamentos necessários para a divulgação da matéria fornecida pela Câmara.

3.4. Estima-se o valor anual de **R\$ 100.224,00**, para esta contratação, conforme média apurada e planilha abaixo e seus quantitativos.

Item	Descrição	UND	Qtde	Valor Unitário	Subtotal
1	Serviço de Sonorização das Sessões da Câmara	Horas	144	174,00	25.056,00



ESTADO DA BAHIA  
Câmara Municipal de Santa Maria da Vitória  
CGC(MF) 16.430.993/0001-71  
Av. Brasil, s/n – Santa Maria da Vitória – Bahia  
Home page: [www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br](http://www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br)

2	Serviço Transformação de áudio em formato digital (mp3 ou mp4) com gravação em mídia das sessões da câmara	Horas	144	183,00	26.352,00
3	Serviço de Filmagem, edição e gravação em disco óptico - DVD ou CD do tipo áudio visual(áudio/imagem), das Sessões e Audiências Públicas da Câmara	Horas	144	144,00	20.736,00
4	Serviço de transmissão ao vivo em redes sociais das sessões da câmara com a publicação do resumo de cada ata das mesmas e serviço de fotografia das reuniões	Horas	144	195,00	28.080,00
VALOR TOTAL ESTIMADO R\$				100.224,00	

### 3.5- Da natureza do objeto

**3.5.1** - Os SERVIÇOS objeto da CONTRATAÇÃO pretendida não têm natureza continuada, possuem intervalos durante o recesso legislativo, e, a interrupção na sua prestação neste período, não compromete a continuidade da atividade do Órgão e a contratação não deve estender-se por mais de um exercício financeiro. Salvo se modificar o calendário de recesso referido.

**3.5.2** - *O prazo de vigência da contratação é de até 31/12/2024, contados do(a) a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.*

#### 3.5.3 - Do parcelamento do objeto

O certame seguirá pelo método do valor global, sob o critério de menor preço ofertado, em função dos serviços a serem contratado por esta Administração Pública, portanto, distribuído apenas em único lote, mas, a execução será e pagamento ser por hora trabalhada de forma individual de acordo com a ordem de serviço, mas devem guardarem relação de natureza técnica, possibilitando serviços dentro de um mesmo padrão de qualidade. Além do mais, tal agrupamento visa dinamizar o serviço de forma a não gerar contratos em número que inviabilize a fiscalização, não havendo assim prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, e propiciando a ampla participação de licitantes. Portanto, de acordo com a viabilidade técnica do objeto e considerando a economicidade dos recursos da administração é mais vantajoso a adoção de processo licitatório em valor global pago por hora trabalhada.

### IV- 4.0. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei nº 14.133/2021

4.1 A CONTRATADA assumirá os serviços imediatamente, a contar da assinatura deste Contrato.

#### 4.2 Os serviços objeto da presente contratação serão recebidos da seguinte forma:

4.2.1 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da execução dos serviços, conforme as especificações;

4.2.2 Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório, para a verificação da adequação do objeto aos termos contratuais e consequente aceitação.

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, tratar-se de pagamento só depois do serviço prestado, seguindo a natureza de pronta entrega.

### V - MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1. O prazo de entrega dos serviços é imediato após sua realização durante cada sessão.



## ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Santa Maria da Vitória

CGC(MF) 16.430.993/0001-71

Av. Brasil, s/n – Santa Maria da Vitória – Bahia

Home page: [www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br](http://www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br)

---

5.1.1. Caso não seja possível a realização dos serviços na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.2. Os serviços deverão ser realizados no local da realização das sessões ou audiência pública realizadas pela câmara. No caso de alteração de local, a contratada será informada com antecedência mínima de 24 horas.

5.1.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, quando da sua realização, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, (Servidor Altemir José Tomaz), para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.1.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser suspenso o pagamento até a efetiva aceitação, a contar da notificação da contratada, cujas despesas de reposição correrão às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.1.5. Os serviços serão recebidos definitivamente após a verificação da qualidade e quantidade do e consequente aceitação mediante termo de declaração do fiscal do contrato.

### **VI - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o pagamento será suspenso automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

### **VI.1- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII, Lei 14.133/2021)**

A CONTRATADA se obriga a:

1. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender;

2. Executar os serviços de acordo com as especificações, devendo qualquer solicitação de modificação, assim como qualquer esclarecimento adicional, ser formulado por escrito, devidamente fundamentado, para análise do CONTRATANTE;

3. Reparar, corrigir, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do Contrato sempre que forem verificados vícios, imperfeições, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços;

4. Substituir qualquer empregado, sempre que seus serviços e/ou conduta, forem julgados insatisfatórios e/ou inconvenientes ao CONTRATANTE, vedado o retorno dos mesmos às dependências do CONTRATANTE;



5. Responsabilizar-se por danos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, em virtude de culpa ou dolo de seus empregados, inclusive, por danos causados aos equipamentos e componentes dos sistemas descritos neste Contrato, arcando com todas as despesas necessárias ao restabelecimento das condições originais dos equipamentos e sistemas, assumindo o ônus da garantia remanescente de que trata este termo;
6. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;
7. Os empregados da CONTRATADA não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa, as despesas com todos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;
8. Manter os empregados devidamente identificado por meio do uso de crachás ou uniformizados de maneira condizente com o serviço a executar, neste caso, submeter à apreciação do CONTRATANTE os uniformes, antes de entregá-los a seus funcionários;
9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratual;
- 10. Manter, durante todo o período de vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação;**
11. Não caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual;
12. Disponibilizar uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes;
13. Manter atualizado o endereço comercial, de e-mail, o número de telefone e de fax;
14. Realizar por meio de profissionais do ramo, imediatamente após a assinatura contratual, uma inspeção em todo o sistema de som da Câmara, e emitir relatório de avaliação dos equipamentos, bem como realizar testes para verificação da sua qualidade.
15. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
16. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
17. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 17.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 17.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
18. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).



19. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa quanto a situação fiscal.

19.1. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), CND Estadual e Municipal do local de localização da empresa e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados não se efetuará o pagamento.

## **VI.2- OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV, Lei 14.133/2021)**

O CONTRATANTE se obriga a:

1. assegurar o acesso de pessoal autorizado pela CONTRATADA, devidamente identificado, responsável pela execução dos serviços, devendo tomar todas as providências administrativas que garantam o livre desempenho de suas atividades;

2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

3. prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades;

4. comunicar por escrito à CONTRATADA as alterações que julgar necessárias nos horários estabelecidos neste termo, respeitada a natureza diurna e a jornada de trabalho diária;

5. efetuar, com pontualidade, os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais.

6. O CONTRATANTE, por meio de servidor autorizado, reserva-se ao direito de exercer, quando lhe convier, fiscalização sobre os serviços e, ainda, aplicar multa ou rescindir o Contrato, caso a CONTRATADA desobedeça a qualquer das Cláusulas estabelecidas neste instrumento;

6.1. Fica de já designado o Servidor Altemir José Tomaz para fazer a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, e atestando a nota fiscal quando do recebimento definitivo.

## **7.0. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei nº 14.133/2021)**

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação na modalidade pregão presencial de licitação, com fundamento na hipótese do art. 17, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

OBS: A situação acima poderá ser comprovada com declaração da empresa.

7.3. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

7.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.





7.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação técnica, fiscal trabalhista e financeira com apresentação das respectivas certidões previstas no edital.

#### **VIII – DO PAGAMENTO (Art. 92, V e VI, Lei 14.133/2021)**

**8.1.** A CONTRATANTE efetuará o pagamento pelos serviços efetivamente prestados, até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao da realização dos serviços, por meio de depósito na conta corrente da CONTRATADA, através de Ordem Bancária ou cheque nominal, mediante apresentação de fatura ou nota fiscal dos serviços executados, em nome CÂMARA, acompanhada da comprovação de regularidade fiscal.

**8.2.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

**8.3.** Pelos serviços objeto do contrato a ser firmado, a Câmara pagará parcelas mensais do valor equivalente ao total dividido por 10 (dez);

**8.3.1.** O referido pagamento só será efetuado mediante os serviços realizados. Não será paga parcela sem realização de sessões.

#### **IX – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA VIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução dos serviços, objeto deste termo, correrão, à conta dotação orçamentária, tendo como valores estimados, aproximadamente em R\$ 100.224,00 e serão atendidos por verbas, constantes do orçamento vigente, nas seguintes dotações orçamentárias:

##### **Função - 01 Legislativa**

Unidade: 01.01.01 CÂMARA MUNICIPAL

Funcional: 01.031.0001.2.001.0000 **Manutenção das Atividades da Câmara Municipal;**

**Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.**

#### **X – DA VIGÊNCIA**

O contrato terá vigência até 31/12/2024, a contar da assinatura do contrato. Podendo ser prorrogado.

#### **XI – DAS RESPONSABILIDADES**

**11.1.** A CONTRATADA responderá civil e criminalmente pelos prejuízos causados ao patrimônio da Câmara ou a terceiros em decorrência de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos.

**11.2.** A CONTRATADA responderá civilmente pelos furtos e roubos que porventura venham a ocorrer no interior das dependências da CONTRATANTE nos casos em que ficar comprovado dolo ou culpa de seus prepostos.





## ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Santa Maria da Vitória

CGC(MF) 16.430.993/0001-71

Av. Brasil, s/n – Santa Maria da Vitória – Bahia

Home page: [www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br](http://www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br)

**11.3.** Na hipótese de verificação dos danos, a CONTRATADA ficará obrigada a promover a reposição do bem em condições idênticas ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias, contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, o CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o valor ressarcimento da garantia de execução ou da fatura do mês.

**11.4.** Outras responsabilizações previstas no Edital.

## **XII - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV - NLGLC)**

### **12.4. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:**

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**12.5.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- iv) Multa: (1) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias; (2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

**12.6.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º) Termo de Referência – Compras – Lei nº 14.133/21 – Contratação Direta Atualização: Junho/2022

**12.7.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

**12.7.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

**12.7.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

**12.7.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

12.12. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21. 13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## **XVII – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Santa Maria da Vitória-BA, para dirimir as dúvidas não solucionadas administrativamente oriundas do cumprimento das obrigações estabelecidas.

Santa Maria da Vitória, 30 de julho de 2024.

**Adryhana da Silva Tomaz**  
Presidente CPL

RECEBI em **30/07/2024**

( X ) HOMOLOGO O DOCUMENTO ( ) INDEFIRO.

João Marques da Silva  
Presidente da Câmara



## ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Santa Maria da Vitória

CGC(MF) 16.430.993/0001-71

Av. Brasil, s/n – Santa Maria da Vitória – Bahia

Home page: [www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br](http://www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br)

### **ANEXO II – PAPEL TIMBRADO**

**Processo 06/2024**

### **MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO E DESCRITIVO**

À CPL da Câmara Municipal de Santa Maria da Vitória-BA.

Item	Descrição	UND	Qtde	Valor Unitário	Subtotal
1	Serviço de Sonorização das Sessões da Câmara	Horas	144		
2	Serviço Transformação de áudio em formato digital (mp3 ou mp4) com gravação em mídia das sessões da câmara	Horas	144		
3	Serviço de Filmagem, edição e gravação em disco óptico - DVD ou CD do tipo áudio visual(áudio/imagem), das Sessões e Audiências Públicas da Câmara	Horas	144		
4	Serviço de transmissão ao vivo em redes sociais das sessões da câmara com a publicação do resumo de cada ata das mesmas e serviço de fotografia das reuniões	Horas	144		
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO R\$</b>					

Local / Data:

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável / Representante Legal da Empresa



ESTADO DA BAHIA  
Câmara Municipal de Santa Maria da Vitória  
CGC(MF) 16.430.993/0001-71  
Av. Brasil, s/n – Santa Maria da Vitória – Bahia  
Home page: [www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br](http://www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br)

---

**ANEXO III**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

Identificação da licitante

**Processo Licitatório nº 06/2024**

**Modalidade: Pregão Presencial nº 06/2024**

**D E C L A R A Ç Ã O**

A empresa acima identificada, participante do certame referenciado, de acordo com as especificações constantes no anexo I, vem pelo presente, através de seu representante legal, DECLARAR que inexistente qualquer fato impeditivo à sua contratação, que não foi declarada suspensa nem inidônea para contratar com o Poder Público de qualquer esfera e que se compromete a comunicar a ocorrência de qualquer fato que altere essa situação, que venha a ser conhecido após o encerramento da licitação.

Por ser verdade, assina a presente.

Local / Data:

---

Assinatura do Responsável / Representante Legal da Empresa



ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Santa Maria da Vitória

CGC(MF) 16.430.993/0001-71

Av. Brasil, s/n – Santa Maria da Vitória – Bahia

Home page: [www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br](http://www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br)

---

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR**

**Processo Licitatório nº 06/2024**

**Modalidade: Pregão Presencial nº 06/2024**

**Tipo: Menor preço Global**

**D E C L A R A Ç Ã O**

(Razão Social da Empresa), estabelecida na ....(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º ....., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), abaixo nomeado, no uso de suas atribuições legais, vem: **DECLARAR**, perante a Câmara Municipal, para fins de participação no processo licitatório mencionado, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Por ser verdade assina a presente.

Local / Data:

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável / Representante Legal da Empresa



ESTADO DA BAHIA  
Câmara Municipal de Santa Maria da Vitória  
CGC(MF) 16.430.993/0001-71  
Av. Brasil, s/n – Santa Maria da Vitória – Bahia  
Home page: [www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br](http://www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br)

---

**ANEXO V**  
**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

**Processo Licitatório nº. 06/2024**

**Modalidade: Pregão Presencial nº. 06/2024**

A empresa ....., CNPJ....., por seu representante legal indicado, declara sob as penas da lei que cumprem plenamente os requisitos de habilitação através dos documentos integrantes dos envelopes nº 02, sob pena de sujeição às penalidades previstas no Edital de Pregão Presencial nº **06/2024**.

Por ser verdade assina a presente.

Local / Data:

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável / Representante Legal da Empresa



ESTADO DA BAHIA

Câmara Municipal de Santa Maria da Vitória

CGC(MF) 16.430.993/0001-71

Av. Brasil, s/n – Santa Maria da Vitória – Bahia

Home page: [www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br](http://www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br)

---

## ANEXO VI

### DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

**Processo Licitatório nº. 06/2024**

**Modalidade: Pregão Presencial nº. 06/2024**

**DECLARO**, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa \_\_\_\_\_ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº. \_\_\_\_\_ é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório da **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2024**, realizado pela Câmara Municipal.

Por ser verdade assina a presente.

Local / Data:

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável / Representante Legal da Empresa





**ESTADO DA BAHIA**  
**Câmara Municipal de Santa Maria da Vitória**  
**CGC(MF) 16.430.993/0001-71**  
Av. Brasil, s/n – Santa Maria da Vitória – Bahia  
Home page: [www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br](http://www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br)

---

**ANEXO VII – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/204**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2024**

Pelo presente instrumento, credenciamos o(a) Sr.(a)....., portador(a) do Documento de Identidade nº....., inscrito no CPF sob o nº....., como representante da empresa....., inscrita no CNPJ sob o nº....., para participar da licitação acima referenciada, instaurada pela Câmara Municipal de São Santa Maria da Vitória-BA, na qualidade de representante legal, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em seu nome, bem como formular proposta comercial, assinar documentos, requerer vista de documentos e propostas, interpor recurso e praticar todos os atos inerentes ao certame, a que tudo daremos por firme e valioso.

Local / Data:

---

Assinatura do Responsável / Representante Legal da Empresa



**ESTADO DA BAHIA**  
**Câmara Municipal de Santa Maria da Vitória**  
**CGC(MF) 16.430.993/0001-71**  
**Av. Brasil, s/n – Santa Maria da Vitória – Bahia**  
**Home page: [www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br](http://www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br)**

---

**CONTRATO Nº 00/2024 – MINUTA – ANEXO VIII**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FILMAGEM, SONORIZAÇÃO, EDIÇÃO E GRAVAÇÃO EM DISCO FORMATO DIGITAL HÁ MP3 OU MP4, DAS SESSÕES DA CÂMARA E TRANSMISSÃO VIA TERNET EM REDES SOCIAIS. PA. 06/2024**

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA VITÓRIA, órgão Municipal da Administração Direta, com sede na Av. Brasil, s/n, Jardim América – Santa Maria da Vitória-BA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.430.993/0001-71, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representada pelo Presidente(a) João Marques da Silva, portador do CPF nº 00000, cuja atribuição para a assinatura deste instrumento é facultado por intermédio da nomeação no cargo de Presidente, nomeação em 01/01/2023.

CONTRATADO: XXXXXX doravante denominado CONTRATADO.

Pelo presente instrumento de CONTRATO, as partes supra qualificadas, têm entre si justo e acertado o presente contrato de prestação de serviço, tendo em vista o resultado do processo administrativo de Licitação nº 06/2024, na modalidade Pregão Presencial nº. 06/2024, que se regerá pela Lei nº 14.133/2021 e mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO**

Serviços para filmagens, Sonorização, Edição e Gravação em disco formato digital HD mp3 ou mp4, das sessões legislativas ordinárias, extraordinárias, itinerantes e solenes, incluindo edições, serviço fotográfico das sessões e a transmissão ao vivo via internet em redes sociais, em atendimento a demanda da Câmara Municipal de Santa Maria da Vitória, conforme quantidade e especificações constantes no Anexo I que integra o presente Edital

**CLÁUSULA 2ª - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

**São Condições gerais deste contrato:**

**2.1** – Este contrato regular-se-á pela legislação indicada no preâmbulo e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios de Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma da Lei 14.133/2021.

**2.2** – A CÂMARA MUNICIPAL reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isso implique alteração dos preços ofertados.

**2.3** – Este contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da CONTRATADA com terceiros, sem autorização prévia do Contratante, por escrito, sob pena de aplicação da sanção, inclusive rescisão contratual.

**2.4** – Qualquer tolerância por parte do Legislativo, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as cláusulas deste contrato e podendo o Poder Legislativo exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

**2.5** – Este Contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o Contratante e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução dos serviços.

**A execução do serviço ora contratado será efetuada sem qualquer subordinação jurídica, vínculo empregatício, atendendo, no entanto, a CONTRATADA aos requisitos e condições do presente contrato, e ainda:**

I – As mudanças introduzidas pela legislação, não acarretará ônus adicional para a CONTRATANTE;

II – Os serviços serão prestados na sede da Contratante, ficando a mesma obrigada a fornecer equipamentos e pessoal para o bom desempenho dos serviços. Poderá ainda ser na sede da contratada, conforme entendimento entre as partes.

**CLÁUSULA 3ª - DO PREÇO**

**A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor mensal de 0000 dentro do preço global de R\$ 00000/ano, pelo serviço contratado até o último dia de cada mês, podendo ser prorrogado na forma da lei.**

§ 1º - Em função das despesas com insumo, o contratado discriminará na nota de serviço 60% do valor equivalente a gasto com mão-de-obra e 40% de gastos com insumos.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA poderá ainda, mediante Termo Aditivo a este contrato, oferecer outros serviços que não estejam explicitados neste, exigindo em contrapartida, valores que não aqueles estabelecidos no caput desta Cláusula, pagáveis e executáveis na forma do Termo que suplementar este contrato.

**CLÁUSULA 4ª - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O presente contrato tem vigência de xx meses, com início em 00/00/2024 e término em 31/12/2024, podendo ser renovado.

**CLÁUSULA 5ª - DAS DOTAÇÕES PELAS QUAIS OCORRERÃO AS DESPESAS**

As despesas para cobrir este despesas correrão pela Unidade: 01.01.01 CÂMARA MUNICIPAL

Funcional: 01.031.0001.2001.0000 **Manutenção das Atividades da Câmara Municipal;**

**Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.**

**CLÁUSULA 6ª – DAS GARANTIAS OFERECIDAS PARA ASSEGURAR A PLENA EXECUÇÃO**



**ESTADO DA BAHIA**  
**Câmara Municipal de Santa Maria da Vitória**  
**CGC(MF) 16.430.993/0001-71**  
**Av. Brasil, s/n – Santa Maria da Vitória – Bahia**  
**Home page: [www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br](http://www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br)**

---

As partes contratantes dispensam a exigência de garantias oferecidas para assegurar sua plena execução(art. 55, VI Lei 8666/93, por ser prestação de serviço e não fornecimento;

**DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES**

**CLÁUSULA 7ª - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

1. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender;
2. Executar os serviços de acordo com as especificações, devendo qualquer solicitação de modificação, assim como qualquer esclarecimento adicional, ser formulado por escrito, devidamente fundamentado, para análise do CONTRATANTE;
3. Reparar, corrigir, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do Contrato sempre que forem verificados vícios, imperfeições, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços;
4. Substituir qualquer empregado, sempre que seus serviços e/ou conduta, forem julgados insatisfatórios e/ou inconvenientes ao CONTRATANTE, vedado o retorno dos mesmos às dependências do CONTRATANTE;
5. Responsabilizar-se por danos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, em virtude de culpa ou dolo de seus empregados, inclusive, por danos causados aos equipamentos e componentes dos sistemas descritos neste Contrato, arcando com todas as despesas necessárias ao restabelecimento das condições originais dos equipamentos e sistemas, assumindo o ônus da garantia remanescente de que trata este termo;
6. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;
7. Os empregados da CONTRATADA não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa, as despesas com todos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;
8. Manter os empregados devidamente identificado por meio do uso de crachás ou uniformizados de maneira condizente com o serviço a executar, neste caso, submeter à apreciação do CONTRATANTE os uniformes, antes de entregá-los a seus funcionários;
9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratual;
10. Manter, durante todo o período de vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação;
11. Não caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual;
12. Disponibilizar uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes;
13. Manter atualizado o endereço comercial, de e-mail, o número de telefone e de fax;
14. Realizar por meio de profissionais do ramo, imediatamente após a assinatura contratual, uma inspeção em todo o sistema de som da Câmara, e emitir relatório de avaliação dos equipamentos, bem como realizar testes para verificação da sua qualidade.
15. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
16. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
17. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 17.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 17.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
18. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).
19. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa quanto a situação fiscal.
- 19.1. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), CND Estadual e Municipal do local de localização da empresa e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados não se efetuará o pagamento.

**CLÁUSULA 8ª - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

O CONTRATANTE se obriga a:

1. assegurar o acesso de pessoal autorizado pela CONTRATADA, devidamente identificado, responsável pela execução dos serviços, devendo tomar todas as providências administrativas que garantam o livre desempenho de suas atividades;
2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;



**ESTADO DA BAHIA**  
**Câmara Municipal de Santa Maria da Vitória**  
**CGC(MF) 16.430.993/0001-71**  
**Av. Brasil, s/n – Santa Maria da Vitória – Bahia**  
**Home page: [www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br](http://www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br)**

---

3. prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades;
4. comunicar por escrito à CONTRATADA as alterações que julgar necessárias nos horários estabelecidos neste termo, respeitada a natureza diurna e a jornada de trabalho diária;
5. efetuar, com pontualidade, os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais.
6. O CONTRATANTE, por meio por meio de servidor autorizado, reserva-se ao direito de exercer, quando lhe convier, fiscalização sobre os serviços e, ainda, aplicar multa ou rescindir o Contrato, caso a CONTRATADA desobedeça a qualquer das Cláusulas estabelecidas neste instrumento;
7. Será nomeado Servidor para fazer a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, e atestando a nota fiscal quando do recebimento definitivo.

**CLÁUSULA 9 – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DE ADMINISTRAÇÃO**

**9.1** – O(A) contratado(a) por este ato declara e reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa **sem qualquer custo ou comunicação antecipada, nos casos que for devidamente comprovado a manutenção do Interesse Público.**

**CLÁUSULA 10 - DA VINCULALÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA**

A execução deste Contrato seguirá as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo como objeto o Processo Administrativo 06/2024, motivação de abertura de licitação (of.sn/ci/24) e conforme processo de licitação de modalidade Carta Convite (06/2024), as quais, independentemente de transcrição, passam a integrar este documento.

**CLÁUSULA 11 - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Para a execução deste Contrato, especialmente os casos nele omissos, aplica-se a Lei Federal 14.133/2021; bem como o Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10/01/2002), especialmente as disposições do Título V e do Capítulo VII do Título VI.

**CLÁUSULA 12 – DAS PENALIDADES**

- 12.1 – O atraso injustificado na prestação do serviço, ou infração ao contrato ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:
- 12.2 - O atraso do pagamento implicará em multa de 2% (dois por cento) mais juros de mora de 1%(um por cento) ao mês; até o pagamento da parcela em atraso.
- 12.2.1. - 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso sobre o valor da proposta, até o 30º (trigésimo) dia, calculado por ocorrência;
- 12.3 - 20% (vinte por cento) sobre o saldo do valor da proposta, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;
- 12.4- 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta, na hipótese de Empresa, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa a sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual.
- 12.5 - As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 12.6 - O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo Município. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser paga pela Empresa por meio de depósito bancário na conta do Município, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de notificação da aplicação da sanção.
- 12.7 – As sanções serão:  
I-Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a entidade promotora da licitação, por prazo não superior a 02 (dois) anos;  
II-Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.8. As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas juntamente com as multas, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
- 12.9. A sanção estabelecida neste contrato é da alçada do(a) Presidente da CÂMARA, facultada a defesa do interessado no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias da abertura de vista;
- 12.10.As multas previstas neste c o n t r a t o não impedem que a contratante rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções previstas neste;
- 12.11. As multas serão descontadas dos pagamentos ou, ainda quando for o caso, cobrada judicialmente;
- 12.12.As sanções previstas nos itens 12.2 a 12.4, poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei nº14.133/2021:  
I-Praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal, no recolhimento de quaisquer tributos;  
II –Praticarem atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da Licitação;  
III-Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.
- IV – As demais penas previstas no Termo de Referência.

**CLÁUSULA 13 – DA FISCALIZAÇÃO**

A execução deste contrato será fiscalizada, pelo servidor Altemir José Tomaz, cabendo-lhe efetuar o controle e acompanhamento da prestação do serviço pertinente ao presente contrato, inclusive para averiguação do cumprimento ou não das cláusulas contratuais.

**CLÁUSULA 14 – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO E ALTERAÇÃO**

- 14.1 – A Contratante e a Contratada poderão restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do contrato, nos termos do art. 92, § 3º da Lei 14.133/2021., aplicando as variações do INPC/IBGE.
- 14.2 - O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no art. 125 da Lei nº.14.133/2021, desde que haja interesse da contratante, com a apresentação das devidas justificativas.



**ESTADO DA BAHIA**  
**Câmara Municipal de Santa Maria da Vitória**  
**CGC(MF) 16.430.993/0001-71**  
**Av. Brasil, s/n – Santa Maria da Vitória – Bahia**  
**Home page: [www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br](http://www.camarasantamariadavitoria.ba.gov.br)**

---

**CLÁUSULA 15 – DA RESCISÃO**

**15.1** - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos itens elencados no art. 137 da Lei 14.133/2021.

**15.2** - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**15.3** - A rescisão do contrato poderá ser:

a) Determinado por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados no art. 137 da Lei Federal 14.133/2021, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo das penalidades previstas neste Contrato.

b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de dispensa desde que, haja conveniência para a Administração; e

c) judicial, nos termos da legislação vigente.

**15.4** - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**CLÁUSULA 16 - DO FORO**

16.1 - A administração tem como sede jurídica, a Comarca de Santa Maria da Vitória, portanto, as partes elegem o foro administrativo da cidade de Santa Maria da Vitória-BA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos deste contrato.

E, por estarem em comum acordo com as cláusulas e condições acima pactuadas, assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma e para o mesmo efeito, juntamente com as testemunhas abaixo a tudo presentes.

Santa Maria da Vitória-BA, 0000 de 2024.

\_\_\_\_\_  
– CONTRATANTE –

\_\_\_\_\_  
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 \_\_\_\_\_  
CPF

2 \_\_\_\_\_  
CPF